

A ROMÂNIA ANTIGA: O CONTATO DE CULTURAS E A FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)
conceicaoreis@terra.com.br

RESUMO

No presente texto, almejamos discutir, a partir de alguns acontecimentos da história externa da língua latina, o processo de formação das línguas românicas. São mobilizados alguns aspectos dos contatos culturais e linguísticos estabelecidos na România antiga entre os povos pré-romanos, germânicos e árabes e sua contribuição para a dissolução da unidade da língua latina e o consequente desenvolvimento das línguas neolatinas. Antes, porém, de adentrar nas questões atinentes aos contatos culturais e linguísticos estabelecidos na România antiga, recorreremos a alguns conceitos comumente empregados pela linguística moderna, especialmente aqueles com os quais sociolinguística variacionista opera. Aborda inicialmente a língua enquanto fenômeno heterogêneo, sujeito a mudanças, e apresenta sucintamente os produtos linguísticos comumente advindos das situações de contato entre línguas.

Palavras-chave:

Contato linguístico. Línguas românicas. România antiga.

1. Introdução

Como o latim resultou nas línguas românicas? Quantas são as línguas românicas? O que aconteceu com a língua latina pode também ocorrer com a língua portuguesa falada no Brasil? Ela pode se distanciar de sua matriz europeia e formar outras línguas? Estas são algumas das perguntas que muitos estudantes fazem com certa frequência. Eles desejam saber como foi possível de uma língua relativamente uma como o latim ter se originado as línguas neolatinas. Tais indagações podem parecer sem sentido ou demasiadamente ingênuas a uma pessoa que tenha conhecimento em linguística histórica, mesmo que este conhecimento seja mínimo.

Contudo, para um jovem do século XXI, aceitar o fato de as línguas românicas terem se originado do latim, não do latim clássico, mas do latim vulgar, língua popular, língua comum empregada pelos romanos, especialmente aqueles pertencentes às camadas menos prestigiadas da sociedade romana, não é difícil, mas entender a teia linguística urdida a partir dos contatos estabelecidos a mais de vinte séculos atrás que culminou na formação das línguas românicas não é tão simples assim.

No presente texto, pretendemos discutir, a partir de alguns aspectos da história externa da língua latina, o processo de formação das línguas românicas.

Antes, porém, de adentrarmos nas questões atinentes aos contatos culturais e linguísticos estabelecidos na România antiga, que acreditamos terem contribuído significativamente para a queda da unidade linguística do latim, recorreremos a alguns conceitos comumente empregados pela linguística moderna, especialmente pela sociolinguística variacionista, pois julgamos serem fundamental para a compreensão da dinâmica dos contatos no âmbito da România antiga e a consequente formação das línguas românicas.

2. *Variação linguística: revisitando alguns conceitos*

O homem contemporâneo não pensa, não age, não se comporta, não tem os mesmos valores e crenças que o homem medieval, por exemplo. Como ser social, está em constante processo de transformação.

A língua é a condição *sine qua non* para a sua interação e para a assimilação dos padrões culturais do grupo social que faz parte e, conseqüentemente, sem o seu uso seria impossível desenvolver a essência da cultura. Cada língua está adequada à cultura em que se desenvolve, por essa razão, a língua, meio de comunicação entre os componentes de um grupo, é essencial para a formação e consolidação da cultura.

As sociedades mudam, mudam-se os valores, as crenças e as formas de representá-los. A língua sendo o patrimônio cultural de um grupo e a forma de representar esse patrimônio também está sujeita à mudança. É ponto consensual entre os linguistas da contemporaneidade: todas as línguas, independente da quantidade de falante e de sua estrutura, estão sujeitas a fatores de mudança.

Para a sociolinguística, a língua vive através da diversidade, ou seja, as línguas são heterogêneas e, como tal, estão sujeitas a variação. Faraco (1991) assegura:

[...] as línguas humanas mudam com o passar do tempo. [...] as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. Os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando. Parece que, como falantes, construímos uma imagem da nossa língua que repousa antes a sensação de permanência do que na sensação de mudança. (FARACO, 1991, p.9)

Diz-se que uma língua se encontra em variação quando, para um conteúdo semântico, existe duas ou mais formas para designá-lo. Tarallo (1986) afirma que:

Variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de “variável linguística”. (TARALLO, 1986, p. 12)

Afirmam ainda os linguistas que o uso de um dado sistema linguístico pode ser condicionado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Significa dizer que os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro (internas) ou de fora (externas) dos sistemas linguísticos. A heterogeneidade linguística não é fenômeno aleatório, pelo contrário, é estável e ocorre com certa regularidade, fato que possibilita seu estudo e sua descrição, segundo um método próprio e lastreado em uma teoria.

Preti (2000) afirma que os fatores extralinguísticos que condicional o uso da língua resultando em um processo de variação podem estar relacionados diretamente aos falantes ou a situação ou a ambos simultaneamente.

As variedades devidas ao falante podem ser condicionadas pela idade, gênero, cultura, profissão, posição social, grau de escolaridade, local em que reside na comunidade. As variedades devido à situação em que se encontra o falante são os fatores situacionais, como o tema do diálogo, os elementos emocionais. Em outras palavras, o estatuto social dos falantes – sua situação socioeconômica, seu grau de escolaridade, sua etnia, seu sexo – e as formas linguísticas variantes que ele utiliza são dimensões correlacionáveis de modo sistemático, revelando uma estratificação social das variantes.

Além disso, observa-se também que o uso de cada variante não é homogêneo: o mesmo falante usa ora uma, ora outra, dependendo do contexto de fala em que ele se encontra – mais formal, menos formal; espontâneo, não espontâneo. É o que a sociolinguística variacionista chama de estratificação estilística das variantes.

Na investigação da língua, à luz dos fundamentos teóricos e metodológicos da sociolinguística, a amostra de língua é analisada, sempre que possível, distribuindo os falantes por diferentes faixas etárias, classe social, nível de escolaridade, gênero, por exemplo, para verificar se os condicionantes sociais exercem ou não influência sobre o uso de determinadas variantes.

Segundo Tarallo (1986), por traz de um processo de mudança lingüística há uma motivação social: as variantes estão distribuídas pela estrutura social e pelas situações de uso, recebendo diferente avaliação social, ou seja, podem avaliar positivamente uma variante e estigmatizar outra.

Dentre as variáveis internas encontram-se os fatores de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua.

Taralo (1986) acevera que todo sistema lingüístico se encontra permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade – opera por meio da interação e da tensão de impulsos contrários: as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas.

As línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade. Isso só é possível porque a dinamicidade lingüística é inerente e motivada. A variação é estruturada de acordo com as propriedades sistêmicas das línguas e se implementa porque é contextualizada com regularidade.

Segundo Tarallo (1986), a variação lingüística pode ocorrer nos eixos diatópico – as alternâncias se expressam regionalmente, considerando-se os limites físico-geográficos – ediastrático – se manifestam de acordo com os diferentes estratos sociais, levando-se em conta fronteiras sociais. Independente do eixo diatópico/geográfico ou diastrático/social a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre.

Entretanto, em conformidade com os estudos sociolingüísticos, devem ser levados em conta os recursos comunicativos próprios de discursos monitorados e não monitorados, o grau de isolamento geográfico e social, as relações sociais e as características das redes sociais e o grau de relação do falante ao meio, os estilos formais e informais na fala e na escrita em conformidade com o controle e o monitoramento da produção lingüística, o plano da enunciação, isto é, o grau diferenciado de envolvimento dos falantes nos diversos gêneros discursivo-textuais.

As variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão *versus* não padrão, conservadoras

versus inovadoras, de prestígio *versus* estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade de fala.

Faraco (1991) adverte que nem toda variação linguística resulta em mudança na língua, mas toda mudança linguística é resultado de um processo de variação linguística, ou seja, a variação produz, ao longo do tempo, mudança na língua. Chama ainda a atenção para o fato de que as mudanças não atingem o sistema linguístico como um todo, mas suas partes, “[...] a história de uma língua se vai fazendo num complexo jogo de mutação e permanência” (FARACO, 1991, p. 9). As mudanças não são repentinas.

As pesquisas sociolinguísticas têm revelado que há períodos de transição ou variação sincrônica em que duas ou mais formas concorrem, sendo que uma prevalece. Faraco (1991) denomina essa situação de “duelo de vida ou morte” entre as variantes linguísticas. Neste “duelo”, caso a variante mais recente vencer a batalha e, conseqüentemente, a já existente deixar de ser a mais empregada ocorre uma mudança, caso contrário, o estado de variação pode perdurar ou a forma mais antiga suplantar as variantes novas, conservando a variante padrão, não ocorrendo, portanto, mudança naquele subsistema.

A substituição de uma forma por outra é progressiva, mas nem sempre sistemática. As línguas por estar em constante complexo fluxo temporal de mutações e substituições podem partilhar características num certo domínio da sua gramática e conhecer divergências importantes num outro domínio.

Nessa direção, os sociolinguistas variacionistas são unânimes ao afirmar que são os falantes mais jovens, com menor poder econômico e menor grau de instrução os responsáveis por implementar no sistema linguístico uma variante linguística nova. Entretanto, a sociolinguística tem mostrado que atrás dum processo de mudança linguística não há só um quadro de variações, mas principalmente uma motivação social.

Assim como as variantes estão distribuídas diferentemente pela estrutura social e pelas situações de uso, assim também recebem elas diferente avaliação social. Alguns grupos de falantes, por exemplo, avaliam positivamente uma das variantes e estigmatizam a outra, o que abre perspectivas para sua eventual adoção ou rejeição.

Nesse sentido, o que parece relevante para a mudança não é propriamente a função linguística de um elemento, mas antes a informação social veiculada por suas várias realizações.

3. *Línguas em contato: revisitando alguns conceitos*

Discutiu-se na seção anterior que por detrás da mudança está a variação linguística, fenômeno inerente a qualquer sistema linguístico. A variação é que lhes confere o caráter heterogêneo, embora funcionalmente organizado e em desequilíbrio, fruto de renovados reequilíbrios.

Nessa seção, pretende-se discutir não a mudança inerente a qualquer língua, mas a mudança linguística resultante de situações de contato entre línguas.

Calvet (2002) afirma que o mundo é plurilíngue em cada um dos seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente, fazendo com que as línguas estejam em constante contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo ou a comunidade.

O contato linguístico pode ser fruto de variadas situações. Pode ser advindo de uma comunidade bilíngue em que os indivíduos são expostos a dois sistemas linguísticos diferentes, ou um indivíduo – um turista, por exemplo – se encontrar numa comunidade cuja língua não conhece, tendo que lançar mão de uma terceira língua para se comunicar e para interagir nessa comunidade que o recebe, ou pode ser um grupo em processo migratório que vai viver em uma comunidade cuja língua não domina, tendo que aprendê-la no ambiente de trabalho, por exemplo. Em uma ou em outra situação há o contato entre línguas e, acreditam alguns especialistas que desse contato é inevitável que ocorra a interferência de um sistema linguístico no outro.

Quando o assunto tratado são os produtos advindos do contato linguístico entre as línguas, todos concordam que o contato linguístico entre grupos que, por razões diferentes, são obrigados a viver em uma comunidade cuja língua não domina pode resultar em duas situações, a saber: ou o grupo migrado em decorrência das circunstâncias e dos tipos de relações estabelecidas é forçado a aprender a língua daqueles que ali vivem ou o grupo continua falando a sua própria língua e sendo bilíngues em situações específicas.

São os fatores relacionados ao poder exercido do grupo dominante sobre o grupo dominado, bem como o número de falantes de ambos os sistemas que vão conduzi-los em direção deste ou daquele sistema linguístico.

Afirmam alguns especialistas que são duas as situações que favorecem o desenvolvimento de uma língua franca. Uma situação comum é nas regiões de plantações. A necessidade de mão de obra para o desenvolvimento da lavoura faz com que grupos humanos provenientes de rincões e de etnias diferentes sejam transportados para estas regiões.

Por serem falantes de línguas diferentes são obrigados a encontrar uma alternativa para manter as relações sociais e interpessoais. A alternativa viável é a elaboração de uma língua franca para alimentar essas relações. Outra situação é originária do período denominado “as grandes descobertas” ou “grandes navegações”.

Nesse período, era comum o homem europeu, especialmente, portugueses, espanhóis e franceses lançarem-se ao mar para descobrir novas rotas e, conseqüentemente, novas terras, novos domínios. Nos primeiros contatos, nem homem europeu nem homem ameríndio sabia a língua do outro, em contrapartida, havia a necessidade de estabelecer a interação verbal. Uma forma de solucionar o problema de comunicação, normalmente, foi a elaboração de línguas francas, ou seja, línguas emergenciais, cujo principal objetivo era traçar de forma simplificada e rudimentar a interação entre os dois grupos étnicos para o fomento do comércio, por exemplo.

Perdurando as situações de contato, esta língua franca poderá vir a desenvolver-se, formando línguas *pidgins* e línguas crioulas, conforme seja o tipo de relação e o tempo em que perdura tal situação de contato linguístico. Baxter (1996) define línguas *pidgins* como sendo um gênero de língua reduzido, formado a partir do contato de línguas diversas. Segundo este especialista, o contato linguístico do grupo transplantado é prolongado e, em consequência, as necessidades comunicativas passam, gradativamente, a ser mais elaboradas em função da própria complexificação das relações estabelecidas entre os grupos envolvidos, resultando em um contínuo processo de negociação e acomodação linguística.

Em situações de contato linguístico em processo de colonização é comum o desenvolvimento de língua *pidgins*. Pelos motivos expostos acima, se estabelece uma relação entre dois grupos em que um terá que ir em direção da apropriação da língua do outro.

De um lado têm-se um grupo heterogêneo do ponto de vista étnico, cultural e linguisticamente em condições desfavoráveis e, do outro, um grupo, de certa forma, coeso étnica, cultural e linguisticamente. O primeiro grupo possui sua língua (língua de origem), mas por uma questão de sobrevivência tem que aprender a língua do dominador (língua alvo) de oitiva, aprendizado assistemático, processado no ambiente laboral e em condições adversas. Nesta situação de contato poderá acontecer que a língua alvo venha a ser afetada pela versão que dela própria falam os nativos da língua de origem, ou pela própria língua de origem, sob condições de forte convivência e de reconhecimento da eventual importância da comunidade que muda.

Mota (1996) defende que:

[...] a aquisição de uma nova língua é geralmente caracterizada pela criação de “terceiras hipóteses”, passageiras ou definitivas, de funcionamento de determinados subsistemas da LA, frequentemente por influência da LO mas também por reanálises originais da gramática da LA em fase de apropriação. (MOTA, 1996, p. 512)

Nesse processo de pidginização, costuma ocorrer redução das complicações gramaticais, sobretudo de flexão e de concordância nominal e verbal, as estruturas são maximamente analíticas desprovidas de redundâncias e de ambiguidades e o léxico é reduzido, apresentando propriedades expressivas aumentada com o emprego de homonímia e circunlocuções.

Thomason e Kaufman (*Apud* BAXTER, 1996) definem pidginização como sendo um processo de aquisição e criação em que os falantes simplificam as línguas em contato por estratégias de acomodação.

Muhlhausler (*Apud* MOTA, 1996, p. 519) diz que “os *pidgins* são exemplos de certos aprendizados de língua não materna, passando de sistemas mais simples a mais complexos à medida que as necessidades comunicativas se tornam mais prementes”. Os falantes dessa comunidade tendem a tomar-se bilíngues, porque além de sua língua materna aprendem a língua do colonizador.

A tendência é que ocorra o processo de aculturação, ou seja, apropriação da cultura do outro. Isso normalmente ocorre quando os falantes da língua de origem são numérica e socialmente pouco relevantes face ao grupo da língua alvo e, por razões diversas, os membros do grupo estão motivados para sua apropriação.

Mota (1996) aponta o fato de serem minorias étnicas e linguísticas, de serem econômica e politicamente dependente e de ser o grupo social pouco influente como sendo algumas das condições que favorecem a apropriação da língua alvo pelo grupo dominado.

Quando a língua alvo suplanta a língua de origem, pode ocorrer a substituição pela língua alvo ou a língua alvo pode passar por um processo de mudança, gerando o que alguns linguistas denominam de línguas *pidgins*, ou seja, um modelo de língua defectivo da língua alvo adquirido em condições especiais.

Destaca-se aqui que os *pidgins* não são línguas nativas de uma dada comunidade, portanto, não são línguas maternas dessa comunidade. O crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais. Trata-se do processo de aquisição de uma primeira língua com base num modelo de segunda língua defectivo. Pereira, em O crioulo de Cabo Verde, define crioulo como sendo:

[...] fenômenos linguísticos que caracterizam a reestruturação de uma forma de linguagem deficiente, como é uma *pidgin*, e a sua transformação numa língua plena, num crioulo. (PEREIRA, 1996, p. 555)

A dinâmica da elaboração de línguas crioulas dar-se-ia da seguinte forma, segundo Baxter (1996), na primeira fase, a segunda língua (língua alvo) seria usada de forma rudimentar, fragmentada e variável pelos falantes da língua de origem, nesse processo, a primeira língua (língua de origem) exerceria influência sobre o aprendizado imperfeito da língua alvo.

Os escravos, por exemplo, adquirem fragmentos da língua de superstrato (língua alvo), criando um pré-pidgin, ou seja, um leque de soluções individuais. Em outro momento, dar-se-ia a cristalização da língua rudimentar (*pidgin*), tornando-se a língua comum da comunidade linguística em contato. Com o passar das gerações, os filhos dos falantes da língua de origem são expostos à língua criada e cristalizada no seio desse grupo.

Dizem alguns especialistas em crioulistica que a língua criada é mais viável socialmente, passando a ser a língua primária, ou seja, língua nativa, materna dos jovens nascidos e criados nessa comunidade. Os filhos dessa comunidade de fala recebem modelos linguísticos variados, caóticos e completos, usam esses modelos e, como falantes nativos, fazem intuitivamente a elaboração funcional e formal da sua língua nativa, elaborando, portanto, as línguas crioulas.

Na literatura especializada sobre crioulo, costuma-se fazer distinção de dois tipos de línguas crioulas, dependendo do seu processo histórico de formação. Convencionaram-se chamar de línguas crioulas exógenas, aquelas línguas elaboradas por populações geográfica e culturalmente deslocadas por um grupo forasteiro para fundar uma sociedade nova e línguas crioulas endógenas aquelas desenvolvidas por um grupo forasteiro que invade ou penetra uma área multilíngue e estabelece uma sociedade nova. Esta segunda variedade de língua crioula é desenvolvida por uma população variada, associada cultural e economicamente com o grupo dominante, são normalmente constituídos de mestiços, escravos, trabalhadores contratados, comerciantes indígenas, indígenas conversos à religião do forasteiro.

No caso da gênese e o desenvolvimento dos crioulos exógenos, é considerada de fundamental importância a cronologia relativa de fatores relacionados com o desenvolvimento da composição linguística da comunidade fatores como: a) a duração do período entre o estabelecimento do contato entre o grupo dominante e o grupo dominado e o momento em que a população do grupo dominado supera a do grupo dominante – o que os crioulistas costumam denominar de qualidade do material de superstrato; b) momento em que o número de pessoas da população do grupo dominado nascidas na colônia supera a população do grupo dominante – um crioulo novo constitui um modelo significativo para as crianças e para os escravos recém-chegados.

4. Contato linguístico na românia

Advertimos que, até o momento, apresentamos apenas alguns conceitos básicos operados por aqueles que têm se debruçado sobre o fenômeno da linguagem com vistas a elucidar especialmente as consequências do contato linguístico advindo da expansão territorial ultramarina.

Acreditamos que, para compreendermos mais facilmente a dissolução da unidade linguística que desencadeou na formação dos dialetos e línguas românicos, seria necessário primeiro entendermos a língua enquanto fenômeno heterogêneo e sujeito a mudanças bem como compreendermos quais as consequências advindas do contato entre culturas, entre línguas.

Parafraseando Gama (1979), a história da língua latina reflete a história do povo que a fala, portanto, não poderemos tratar das origens das

línguas românicas sem remontar ao passado e às etnias do povo romano. Nesta direção, concordamos ainda com Mota (1996), o contato linguístico é consequência do contato social entre dois ou mais grupos falantes de diferentes línguas:

[...] a existência de contato linguístico pressupõe o contato social dos respectivos falantes, enquadrados em situações de comunicação de ordem diversa; a estas subjazem relações sociais, políticas e culturais igualmente diversificadas e que condicionam as relações linguísticas. (MOTA, 1996, p.554)

A dinâmica dos contatos no mundo românico é muito complexa, uma vez que os romanos, em diferentes épocas, estabeleceram-se em vários territórios ocupados por povos étnica e culturalmente diferentes e, conseqüentemente, as relações estabelecidas em cada momento e em cada território são dessemelhantes, ora uns em relação aos outros nutrem sentimentos de superioridade, ora de inferioridade, ora de igualdade.

Aqui comungamos com Calvet (2002), os sentimentos dos falantes em relação a sua língua parecem ser determinantes para a manutenção desta ou daquela forma da língua e, no que diz respeito aos romanos, podemos dizer língua.

Acreditamos que os sentimentos do povo celta, etrusco, fenício, grego, por exemplo, em relação à sua cultura e à cultura dos conquistadores romanos, não são semelhantes aos sentimentos nutridos pelos alanos, ostrogodos, visigodos e francos e, nem tampouco, com os sentimentos dos árabes.

Em cada período, o povo romano e sua língua ocuparam uma posição prestigiada ou não prestigiada em relação às demais línguas e culturas com as quais entrou em contato. Inevitavelmente, tais sentimentos contribuíram para uma maior ou menor assimilação desse legado cultural.

O início das relações estabelecidas entre a cultura romana e os demais povos teve origem por volta do século VII a.C quando a tribo indo-germânica penetrou na Itália por ocasião da grande invasão indo-germânica na Europa, ocupando, inicialmente, a região próxima ao rio Tibre, que de pequeno povoado, passou a cidade de Roma.

Auerbach (1972) acredita que a localização estratégica de Roma, ser banhada pelo mar Mediterrâneo e ser a principal rota comercial da Europa naquele período, tenha favorecido para o seu desenvolvimento e expansão. E não é de se estranhar que depois de ter transcorrido alguns séculos, a pequena cidade torna-se capital de forte e extenso império.

À medida que Roma florescia, crescia também o prestígio do seu povo, da sua cultura, da sua língua. Isso provavelmente favoreceu para a assimilação da cultura pelos povos conquistados. Durante os primeiros anos de convívio entre conquistados e conquistadores, as relações mantidas devem ter sido muito tensas, pois, além do sentimento de encontrar-se sob o julgo do outro, pertenciam a culturas diferentes e não falavam a mesma língua.

É bem provável que tenha havido muitas resistências de ambos os lados. Talvez por esta razão, Silva Neto (1998), para justificar o processo de assimilação da cultura dos romanos por parte dos conquistados, fala em três fases distintas deste contato: expectativa, marginalidade e vitória da cultura romana. Na primeira fase, as duas culturas punham-se uma em frete da outra, cada um falando a sua língua e preservando os seus hábitos culturais, na expectativa de sobrepor-se a outra.

Contudo, como se sabe, os romanos, assim que conquistavam novos territórios, desenvolviam uma estratégia para ocupá-los. Destaca-se aqui a organização das unidades territoriais, respeitando-se as etnias ali encontradas. Agrupamento das *civitates* em centros urbanos o que favoreceu significativamente para o florescimento de sua cultura. Abertura do exército para qualquer cidadão independente de sua origem étnica. A permissão da oficialização das relações conjugais. Não podemos perder de vista que a romanização crescia graças a uma política bem organizada e estruturada, baseada em uma concepção de Lei e Cidadania, onde o estado deveria garantir a sobrevivência do seu cidadão. Em decorrência dessa política de “*Pax Romana*”, Roma restituía a unidade das regiões conquistadas, acabando com as lutas das tribos vizinhas, com as guerras entre as cidades, incorporando, assim, uma nova cultura.

Somada a esta habilidade administrativa dos romanos, temos o prestígio advindo das novas conquistas. Entre o ano 349 a.C ao ano 272 a.C, conquistam a Itália peninsular (Sicília, Sardenha, Córsega, Ligúria, Ilíria e Gália Cisalpina); entre o ano 264 a.C. ao ano 241 a.C conquistam a Europa Mediterrânea; por volta do ano 219 a.C. ao ano 104 a.C, dominam parte da Ibéria, Anatólia na Ásia, Macedônia e Grécia, e entre os anos de 146 a.C. a 118 a. C. conquistam Cartago, Tunísia (África), Lusitânia e Gália Narbonense.

Concomitante a esta expansão territorial, lograram também o apogeu cultural. São referências daquele período as armas bélicas, o modelo administrativo, a arquitetura e o direito, por exemplo. O que certamente

contribuía para diminuir as tensões e mudar os sentimentos que os povos conquistados nutriam sobre os romanos e seu legado cultural.

No segundo momento, o latim é a língua oficial e falada por um contingente populacional significativo. As demais línguas não desempenhavam o mesmo papel na sociedade romana. Poderíamos dizer que se encontravam à margem, pois o seu uso estava circunscrito às situações informais, falada, provavelmente, apenas pelos membros mais velhos da comunidade de fala.

Parece, portanto, natural que os mais jovens, em função da língua latina ter se tornado língua de cultura, fossem mudando, gradativamente, o seu sentimento em relação à língua dos conquistadores e buscassem assimilá-la, até porque era a língua usada por aquelas camadas mais prestigiadas da sociedade.

Em um terceiro momento, a que Silva Neto chama de vitória da cultura romana, depois de ter transcorrido várias gerações, as línguas faladas pelos conquistados deixam de ser falada e, por conseguinte, empregam a língua latina. Não há o apagamento, a anulação da cultura do outro em prol da cultura romana de forma abrupta, pelo contrário, acreditamos que os povos conquistados, à medida que entravam em contato com a cultura romana, com a língua latina, assimilando alguns traços, foram gradativamente deixando de empregar o cabedal cultural de seus antepassados.

É necessário entendemos que a romanização foi um processo lento e secular. Contudo, em algumas regiões deu-se de forma tão intensa que fez desaparecer as línguas anteriores e em outras foi superficial, e o povo encontrado manteve-se resistente e, embora vencido política e administrativamente, não se deixasse romanizar. Dentre estes últimos destacam-se o povo Vasco, na Península Ibérica, e os gregos, na região oriental do Império Romano.

Quanto a este aspecto, Auerbach (1972) afirma que os romanos encontraram uma situação étnica e política bastante complicada, mas, por toda parte, lograram a unificação e a assimilação dos diferentes povos. No entanto, assinala que:

[...] Roma alcançava dominar o que então se denominava *orbis terrarum*, o mundo conhecido. [...] enquanto as conquistas ocidentais eram rematadas pela dominação política, bem como cultural e linguística, o Oriente, sob a influência da civilização grega, a mais rica e a mais bela da Antiguidade, embora se submetesse à administração romana, permanecia inacessível à penetração cultural; continuava grego e exercia mesmo uma influência

profunda sobre a civilização dos conquistadores romanos. (AUERBACH, 1972, p. 44)

Destarte, apontar as interferências das línguas faladas pelos povos pré-romanos é uma tarefa muito difícil, especialmente porque são escassos os registros das línguas com as quais o latim manteve contato durante o período de sua expansão territorial.

Para que se proceda a uma mensuração adequada de quais elementos do sistema lingüístico latino e sua sobrevivência nas línguas românicas tenham sido resultante de uma interferência lingüística pré-romana, teríamos que primeiro identificar as características tipológicas de cada variedade de latim que foi levado para cada região, bem como identificar os traços tipológicos das línguas pré-romanas que entraram em contato com o latim nos diferentes períodos de sua história, não apenas identificando as línguas, mas as variedades dessas línguas e a dinâmica do contato em cada território e época.

Parece-nos que isso seja pouco provável de ser concretizado. Primeiro porque há dificuldades de localizar com precisão em que região este ou aquele povo se fixou, por quanto tempo se manteve na região, como efetivamente se deu a relação entre os grupos étnicos. Segundo porque cada região do império romano foi conquistada e anexada a Roma em épocas diferentes, conseqüentemente, o latim que a Sicília, a Sardenha, a Córsega, a Ilíria e a Gália Cisalpina deveria ser uma variedade bastante diferente do latim levado para a Ibéria e para a Tunísia (África), por exemplo. Terceiro, faltam fontes que atestem todas as variedades da língua dos romanos nas diferentes épocas e territórios conquistados. Quarto porque, a partir das línguas românicas, teríamos que separar os traços resultantes da interferência lingüística das línguas pré-romanas das demais línguas que o latim entrou em contato, as línguas germânicas e a árabe. Além disso, teríamos que isolar os elementos que teriam sido conseqüências das mudanças a que estão sujeitas todas as línguas.

Tomando apenas como um exemplo para entendermos melhor esta situação, reportamo-nos à situação da Península Ibérica neste período. Pouco se sabe dos povos e línguas nativas ali encontrados quando da sua romanização. Afirmam alguns especialistas em romanística que eram numerosas as nações e muito diferentes de língua e cultura.

Lapesa (1981) assevera que a história da Península antes da conquista romana apresenta problema de difícil solução:

La historia de nuestra Península antes de la conquista de Roma encierra un cúmulo de problemas aún distantes de ser esclarecidos. Los investigadores tienen que construir sus teorías apoyándose en datos heterogéneos y ambiguos: restos humanos, instrumental y testimonios artísticos de tiempos remotos; mitos [?] que si poetizan alguna lejana realidad hispánica, sólo sirven para aguzar más el deseo de conocerla sin la envoltura legendaria; indicaciones – imprecisas muchas veces, contradictorias otras – de autores griegos y romanos; monedas e inscripciones en lenguas ignoradas; nombres de multitud de pueblos y tribus de diverso origen, que popularon en abigarrada promiscuidad; designaciones geográficas, también de varia procedencia. Combinando noticias y conjeturas, etnógrafos, arqueólogos y lingüistas se esfuerzan por arrancar espacio a la nebulosa, que defiende paso a paso su secreto. (LAPESA, 1981, p.13)

Diante de tal quadro, fica praticamente impossível estabelecer comparação entre os sistemas linguísticos que mantiveram contato durante o período de romanização e identificar os traços das línguas românicas atuais que sejam resultantes da interferência desta ou daquela língua. O que parece possível afirmar é que destas línguas sobreviveram apenas algumas palavras especialmente significativas e alguns sufixos.

Ainda se discute muito se subsistiram hábitos pré-romanos no acento, no ritmo da fala, no sistema fonológico e morfológico do latim e se esses vestígios influíram nos romances até a época da individualização das línguas românicas. Não bastando esta teia étnica e linguística que certamente contribuiu para acentuar ainda mais as variedades já existentes do latim, como é sabido, após 500 anos de dominação romana, o Império recebe incursão de um novo contingente populacional.

É a vez dos alanos, dos suevos, dos ostrogodos, dos francos, dos burgúndios, dos vândalos e os visigodos entrarem em contato com a língua latina. Novas relações são estabelecidas. É claro que a dinâmica das relações que são estabelecidas neste período deve ser diferente daquelas mantidas anteriormente. Os sentimentos dos povos germânicos em relação à cultura e à língua dos romanos também foram diferentes. Uma coisa é ser subjogado e outra é subjugar, mesmo que este subjugar não significasse aniquilar a cultura do outro, não oprimir. Como acreditamos que tenha ocorrido com os povos germânicos em relação aos romanos, uma vez que muitos deles penetraram no Império como federados, aliados dos romanos e, além disso, com o passar do tempo, em vez de sobrepor a sua cultura assimilaram os elementos culturais dos romanos.

As conquistas romanas trouxeram transformação de todas as ordens: técnicas agrícolas e industriais, costumes, vestido, organização civil, jurídica e militar, contudo, em relação aos germânicos deve ter sido

bastante diferente. Silva Neto (1988) afirma que os povos germânicos mantiveram os limites encontrados, a divisão administrativa, os costumes, a fisionomia social e linguística. Adotaram as leis iguais e, em vez de governar, eram governados. Mas, apesar de serem consideradas pouco significativas as alterações operadas pelos novos invasores, a sua penetração no Império contribuiu significativamente para a queda de sua unidade.

Rompe-se a comunicação que até então era estabelecida entre as várias regiões do império romano, conseqüentemente, a variedade de latim falado em cada território isola-se, seguindo a sua própria deriva. Essa nova comunidade hispano-godo, carente de unidade política e linguística nacional, recebe o contingente populacional árabe que muito contribuirá para aumentar a teia linguística, cujo urdir havia se iniciado antes da chegada dos romanos, bem como para desencadear outros sentimentos em relação ao legado romano.

Em 711, os árabes ocupam a Península Ibérica estabelecendo naquela região do Império romano uma situação linguística muito peculiar. Quanto à situação desta região, Castro (1991) afirma que, no séc. VIII, a parte norte da Península estava dividida em dois romances: o setentrional e o meridional. E que na região andaluza cinco grupos sociais coexistiam pacificamente, a saber: 1) os baladiyyim, os árabes instalados na Península, mas provenientes da Arábia; 2) os mouros ou berberes da Mauritânia (grupo conquistado pelos árabes e parcialmente islamizado); 3) os muwallidim, hispano-godos convertidos ao islamismo; 4) os moçárabes, hispanogodos ou hispano-romanos submetidos ao domínio mulçumano, mas não assimilados; viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias; 5) os judeus.

5. *Considerações finais*

A breve exposição sobre alguns aspectos da sócio-história da língua latina talvez tenha dado uma pequena mostra da teia étnica e linguística urdida na România antiga.

Reiteramos, abalizar com precisão quando e como o latim deixou de ser um sistema linguístico único, desdobrando-se em outros sistemas é uma atividade assaz complexa, pois, como vimos, o latim, em momentos distintos, entrou em contato com culturas e línguas pertencentes a ramos diferentes e como também foram diferentes as dinâmicas dos contatos

estabelecidos, dificultando, portanto, identificar de forma segura quais línguas exerceram uma maior ou menor influência para a queda da sua unidade linguística.

Contudo, acreditamos que não apenas um contato, mas todos os contatos entre culturas e línguas estabelecidos pelos povos romanos devem ter exercido influências para acentuar as variedades preexistentes da língua latina (se constituído, com o decorrer do tempo, em novos domínios linguísticos. Em outras palavras, as variedades linguísticas peculiares ao latim (*sermo familiaris*, *sermo vulgaris*, *sermo castrinenses*, *sermo nauticus*, *sermo hispaniensis*, *sermo gallicus*, *sermo africanus*, *sermo italicus*, por exemplo), que emanam de qualquer sistema linguístico, só resultaram em outros sistemas porque contaram com as significativas contribuições advindas das situações de contato linguístico com os povos pré-romanos, germânicos e árabes.

Há de se questionar se teríamos os atuais sistemas românicos, se não fosse a dinâmica desses contatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, I. PEDRO, E. R.; DUARTE, I; GOUVEIA, C. A. M. *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTRO, Ivo *et al.* *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991

CARLO TAGLIAVINI. *Le origini delle lingue neolatine*; introduzione alla filologia romanza. 4 ed. Bologna, Riccardo Pàtron, 1964.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

GAMA, Nilton Vasco da. *Universitas* 27. Salvador: EDUFBA, out./dez., 1979. p. 125-142.

LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. 9. ed. Madrid: Gredos, 1991.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguísticromânica*. Trad. De Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1974.

MOTA, Maria Antónia Coelho da. Línguas em contato. In: Faria, I; PEDRO, E. R. *et al. Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p.505-533

PREIRA, Dulce. O crioulo de Cabo Verde. In: FARIA, I. PEDRO, E. R.; DUARTE, I; GOUVEIA, C. A. M. *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.